



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO I-A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2024 SRP 041/2024

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

A Prefeitura Municipal de São Geraldo constantemente necessita transportar cidadãos para diversos tipos de ações, eventos, congressos e feiras de interesse público que ocorrem fora dos limites territoriais da cidade. Diante deste fato, faz-se necessário realizar estudo para pontuar qual a melhor solução para atender a esta necessidade que se apresenta para a Administração municipal, uma vez que a Prefeitura não dispõe de frota com tal capacidade e disponibilidade para a realização de tais serviços.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Embora o município de São Geraldo ainda não tenha consolidado seu Plano de Contratações Anual (PAC), os serviços de fretamento eventual de passageiros encontram-se alinhados ao planejamento do Município de São Geraldo, tendo em vista que as atividades são para atendimento de ações do município que necessitam dos mesmos, tendo, assim, previsão orçamentária para sua realização.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Sustentabilidade

A contratação deverá se basear no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, dentro do que for aplicável para realização das atividades, com atenção especial para os limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata, e os limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes, sempre que aplicável ao item.

Dos Requisitos mínimos de qualidade dos serviços e normatização:

Dos Veículos:

Os veículos colocados à disposição dos serviços contratados deverão atender a todas as exigências da Legislação e Regulamentos de Trânsito, atuais ou que venham a ser exigidas pelos órgãos normalizadores.

Os veículos deverão conter, ainda:

- a) Cinto de Segurança para todos os passageiros;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



b) Tacógrafo;

c) Na parte frontal: **Proibido Carona**

d) Demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e normatizações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN;

No caso de ônibus, o veículo deverá ser do tipo **rodoviário**, aptos para todos os tipos de pavimento, topografia e condições de tráfego. Deverão, ainda, possuir poltronas acolchoadas e reclináveis, luz interna individual para leitura e banheiro.

O veículo poderá ser vistoriado pela contratante, sempre que este entender necessário, para verificação do cumprimento das exigências dispostas no Edital correspondente e Termo de Referência, em especial quanto aos aspectos de segurança, higiene, conservação e comodidade aos usuários.

Do Condutor:

Os condutores dos veículos deverão atender a todas as exigências da legislação e regulamentos de trânsito, atuais ou que venham a ser expedidas pelos órgãos competentes para os condutores dentre elas:

- a. Ser habilitado na categoria “D”;
- b. Ter idade superior a vinte e um anos, comprovada por meio de documento de identificação com foto, cuja expedição seja inferior a cinco anos contados da data de apresentação;
- c. Certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renováveis a cada cinco anos, conforme exigência prevista no Art. 329 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro), das justiças estadual e federal;
- d. Caso o condutor seja domiciliado em outro Estado, também deverão ser apresentadas as certidões referentes ao local de seu domicílio;
- e. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, Art. 138 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro).
- f. O condutor cuja CNH tenha sido emitida em outra unidade Federativa deverá apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação de CNH, emitida pelo DETRAN de origem;
- g. Contrato de trabalho na função de motorista (pessoa jurídica) ou contrato social, caso seja sócio da empresa;
- h. Comprovante de residência atualizado.

Sempre que houver ingresso de novos condutores, estes deverão submeter-se aos mesmos procedimentos especificados no item anterior.

Para assinatura do contrato/ARP a empresa vencedora deverá apresentar, sempre que solicitado pelo fiscal, a seguinte documentação:

- a. Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – Documento Único de Trânsito, conforme determina a legislação do DETRAN/MG.
- b. Cópia do laudo técnico de vistoria do DETRAN, nos termos dos Artigos 136 e 137 da Lei Federal nº 9.503/97. Trata-se de Laudo de vistoria de verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, emitido por uma Instituição Técnica Licenciada ou Entidades Técnicas Paraestatais, nos termos da Instrução de Serviço nº 074/2014, Resolução nº. 504, de 29 de outubro de 2014, e Art. 136 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro).
- c. Relação de documentos exigidos para o condutor conforme já mencionado;

Requisitos técnicos

Os requisitos técnicos serão delimitados no tópico 8 do Termo de Referência;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Da Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que se trata de serviço comum e a aplicação de garantias pode tornar sua execução mais complexa.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Para a estimativa das quantidades de cada item, foram analisados os quantitativos conforme a necessidade de cada setor que necessita fazer utilização dos referidos itens. Ademais, foi considerado o orçamento disponível para a aquisição, uma vez que estes itens são de tamanho importância para garantir o acesso de munícipes e servidores a atividades fora do município, considerando as limitações financeiras ao planejar a programação anual.

Os quantitativos ficaram assim definidos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FRETAMENTO DE VEÍCULO TIPO MICRO-ONIBUS: Fretamento por quilometragem de veículo tipo micro-ônibus com capacidade entre 27 (vinte e sete) a 32 (trinta e dois) passageiros sentados, motor a diesel, direção hidráulica, freio ABS, sistema de travamento elétrico central cambio sincronizado com 05 velocidades a frente, 01 a ré, pintura sólida, 01 (uma) porta corredeja lateral, pintura sólida, incluindo serviços de motorista (despesas com diárias, pedágios, alimentação, salário, encargos trabalhistas, previdenciários e seguro) e com as características Mínimas: · Poltronas reguláveis, acolchoadas e com encosto de cabeça; · Ar – Condicionado; · Equipado com todos os componentes de segurança obrigatórios; · Documentação regular; · Perfeito estado de funcionamento e conservação; · Seguro obrigatório e seguro contra terceiros; · Máximo de 10 (dez) anos de fabricação; Obs.: Será de responsabilidade da contratada: Motorista, fornecimento de Combustível, manutenção preventiva e corretiva, lavagens, licenciamentos, avarias, despesas em caso de sinistro, furtos e roubos e outros sem ônus para contratante.	KM	70.000
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FRETAMENTO DE VEÍCULO TIPO ONIBUS: Fretamento por quilometragem de veículo tipo Ônibus com capacidade mínima para 40 (QUARENTA) PASSAGEIROS sentados, motor a diesel, direção hidráulica, freio ABS, sistema de travamento elétrico central cambio sincronizado com 05 velocidades a frente, 01 a ré, pintura sólida, 01 (uma) porta corredeja lateral, pintura sólida, incluindo serviços de motorista (despesas com diárias, pedágios, alimentação, salário, encargos	KM	70.000



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



	trabalhistas, previdenciários e seguro) e com as características Mínimas: <ul style="list-style-type: none">· Poltronas reguláveis, acolchoadas e com encosto de cabeça;· Ar – Condicionado;· Banheiro;· Equipado com todos os componentes de segurança obrigatórios;· Documentação regular;· Perfeito estado de funcionamento e conservação;· Seguro obrigatório e seguro contra terceiros;· Máximo de 10 (dez) anos de fabricação; Obs.: Será de responsabilidade da contratada: Motorista, fornecimento de Combustível, manutenção preventiva e corretiva, lavagens, licenciamentos, avarias, despesas em caso de sinistro, furtos e roubos e outros sem ônus para contratante.		
03	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FRETAMENTO DE VEÍCULOS TIPO VAN 16 PASSAGEIROS: Fretamento por quilometragem de veículo tipo van com capacidade mínima para 16 passageiros sentados, motor a diesel, freio ABS, direção hidráulica, sistema de travamento elétrico central, cambio sincronizado com 05 velocidades a frente, 01 a ré, 01 (uma) porta corrediça lateral, pintura sólida, incluindo serviços de motorista (despesas com diárias, pedágios, alimentação, salário, encargos trabalhistas, previdenciários e seguro) e com as características Mínimas: <ul style="list-style-type: none">· Poltronas reguláveis, acolchoadas e com encosto de cabeça;· Ar – Condicionado;· Equipado com todos os componentes de segurança obrigatórios;· Documentação regular;· Perfeito estado de funcionamento e conservação;· Seguro obrigatório e seguro contra terceiros;· Máximo de 10 (dez) anos de fabricação; Obs.: Será de responsabilidade da contratada: Motorista, fornecimento de Combustível, manutenção preventiva e corretiva, lavagens, licenciamentos, avarias, despesas em caso de sinistro, furtos e roubos e outros sem ônus para contratante.	KM	70.000

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da Portaria Municipal nº 31/2023)

Ao buscar alternativas para o transporte de munícipes a ser contratado pelo município, foram considerados diversos fatores para garantir a eficiência, segurança e acessibilidade do serviço. Dentre as alternativas possíveis, conforme soluções contratadas por outros entes, estão:

Solução 1: Aquisição dos veículos para prestação dos serviços pelo próprio município;

Solução 2: Contratação de empresa para prestação de serviço eventual: É uma alternativa tradicional e geralmente confiável. As empresas de ônibus têm condições de fornecer transporte seguro e adequado. A análise aqui deve se concentrar nos custos contratuais, histórico de segurança da empresa, disponibilidade de frota e flexibilidade para atender às necessidades específicas do município;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Ao avaliar essas alternativas, observa-se que ambas as soluções seriam factíveis ao município, que deve considerar cuidadosamente os custos, a demanda do município, a acessibilidade e a eficácia de cada opção.

A decisão entre comprar os veículos ou contratar um serviço de transporte esporádico depende de uma série de fatores, incluindo as necessidades específicas do município, recursos financeiros disponíveis, considerações logísticas e operacionais. Dessa forma, realizamos levantamentos para ponderar as vantagens e desvantagens de cada opção:

Solução 1 – Aquisição dos veículos:

Vantagens:

Controle direto: Ao adquirir os veículos, o município tem controle direto sobre a frota e as operações do transporte.

Custos a longo prazo: Embora a compra inicial dos mesmos possa ser cara, a propriedade dos veículos pode resultar em economia a longo prazo, especialmente se os ônibus forem bem mantidos e durarem muitos anos.

Flexibilidade: Possuir uma frota de veículos para transporte eventual dá ao município flexibilidade para ajustar rotas, horários e capacidade de acordo com as necessidades da Administração.

Considerações:

Custos iniciais: A aquisição exige um investimento significativo em termos de custos iniciais, o que é um fator limitante para o município, que, atualmente, possui recursos financeiros limitados.

Manutenção e operação: Além do custo inicial, o município também será responsável pelos custos contínuos de manutenção, combustível e pessoal para operar a frota.

Depreciação: Veículos adquiridos sofrem depreciação ao longo do tempo, o que deve ser considerado ao calcular os custos a longo prazo.

Prazo de entrega: A aquisição de um veículo novo leva tempo considerável considerando a atual necessidade do município. Um ônibus, por exemplo, demora, em média, 180 dias para a entrega, a partir da formalização do pedido por parte da prefeitura, portanto, aparentemente, apesar de ser uma solução tecnicamente viável, não solucionaria o problema em questão neste momento.

Solução 2 – Contratar Serviço de Transporte de passageiros:

Vantagens:

Custos variáveis: Contratar um serviço de transporte por regime de fretamento por quilômetro envolve custos variáveis, o que pode ser mais flexível para o orçamento do município, especialmente porque número de ações relativas à necessidade de transporte eventual varia ao longo do tempo.

Menor responsabilidade operacional: Terceirizar o serviço de transporte reduz a carga administrativa e operacional sobre o município, já que a empresa contratada será responsável pela manutenção e operação dos veículos.

Possibilidade de negociação: Ao contratar um serviço de transporte por regime de fretamento, o município tem a oportunidade de negociar termos contratuais que atendam às suas necessidades específicas.

Considerações:

Menor controle: Contratar um serviço de transporte eventual significa menos controle direto sobre as operações e qualidade do serviço, pois a empresa contratada terá sua própria gestão e operação.

Dependência externa: O município estará dependente da empresa contratada para fornecer um serviço de qualidade e confiável, o que pode ser um risco se a empresa não cumprir seus compromissos contratuais.

Custos a longo prazo: Embora os custos iniciais possam ser menores, os custos a longo prazo de contratar um serviço de transporte escolar podem se acumular ao longo do tempo.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Diante do exposto e, considerando a atual situação financeira da prefeitura e a imediata resolução do problema em tela, considera-se a solução 2 a mais adequada, econômica e tecnicamente.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da Portaria Municipal nº 31/2023).

O valor estimado para a contratação dos itens, se dará por meio de pesquisa de preços realizada, conforme critérios dispostos na Lei nº 14.133/2021 e regulamentação própria, ao qual o valor proposto deve estar compatível com os preços praticados no mercado, com base em contratações similares realizadas por outros órgãos.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da Portaria Municipal nº 31/2023).

A solução proposta para solucionar o problema em tela é a contratação de uma empresa para transporte eventual, conforme as necessidades do município de São Geraldo.

Os serviços pretendidos são de caráter não continuado, uma vez que se trata de serviço eventual a ser prestado pela contratada.

Além disso, para que a contratação produza, de fato, os resultados pretendidos pela Administração e atinja, de forma satisfatória, o escopo previamente eleito, serão necessários os seguintes aspectos:

Os serviços serão executados conforme as necessidades do município de São Geraldo/MG, em dias de semana, feriados e/ou finais de semana, trafegando em estradas pavimentadas ou não, devendo os veículos estar disponíveis para execução dos serviços em até 03 (três) dias após o envio da ordem de serviço (OS), nos horários e para os locais estabelecidos pela Secretaria Requisitante.

O motorista deverá estar identificado com crachá, devidamente uniformizado e com foto recente, indicando o nome da empresa e seus dados pessoais.

A contratada deverá apresentar os veículos apropriados para o transporte, em perfeitas condições de higiene, com todos os acessórios exigidos em legislação, conforme expresso na especificação;

Todas as despesas inerentes à realização dos serviços, tais como: combustíveis, manutenção, alimentação, seguros, taxas, impostos, salários, encargos trabalhistas, sócios e outros que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, serão inteiramente de responsabilidade da contratada;

Ficará a critério da contratante, exigir a troca de veículos e/ou motoristas que não atendam ao padrão dos serviços contratados;

Nas situações em que ocorram interrupções da prestação dos serviços durante sua execução, como a ocorrência de acidentes, furtos, incêndios, quebra do veículo ou qualquer outro incidente, durante a viagem, a contratada deverá substituir os veículos, ou encontrar solução alternativa no prazo de até 04 (quatro) horas, nas mesmas condições da contratação inicial, para que o serviço seja concluído, garantindo que os usuários cheguem ao seu destino inicial/final conforme previamente determinado.

Todos os empregados da contratada deverão trabalhar sempre portando crachá com identificação da empresa;

A contratada responsabilizar-se-á pela disciplina dos seus empregados durante as viagens e, ainda, pela manutenção de respeito e cortesia no relacionamento com os passageiros;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



A contratada garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-se responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ações ou omissões destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.

Quando solicitado, o licitante vencedor deverá apresentar todas as autorizações, certificados, licenças e demais documentos exigidos pela legislação vigente no ato da assinatura do contrato.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

As solicitações dar-se-ão periodicamente ou eventualmente, de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria solicitante, durante toda a vigência do contrato, através do(s) fiscal(is) de contrato, os quais solicitarão os serviços junto à CONTRATADA.

Os serviços deverão ser prestados em condições seguras, bem como deverão observar as normas técnicas dos órgãos reguladores, **RESPEITANDO-SE RIGOROSAMENTE O PRAZO DE ENTREGA ESTABELECIDO**, sendo improrrogáveis, sob pena de aplicação de sansão.

Na Emissão das Notas Fiscais, a descrição dos itens deverá estar conforme ordem de serviço, qualquer dúvida entrar em contato com o Setor de Compras da Prefeitura Municipal de São Geraldo, pelo telefone (32) 3556-1215, para eventuais explicações.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/OU NÃO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da Portaria Municipal nº 31/2023).

O parcelamento de uma contratação em vários itens visa garantir maior economicidade e competitividade para o certame. A divisão por itens pode atrair mais concorrentes, especialmente pequenas e médias empresas, que talvez não tivessem condições de participar de uma disputa com valor global.

Ao dividir a contratação em itens menores, mais fornecedores podem competir, o que aumenta a competitividade e a possibilidade de resultar em melhores preços e condições para a administração pública. Conforme já orientou o TCU, na Súmula 247, o objeto será sempre adjudicado por item, sempre que este seja divisível, e não apresente perdas de economia de escala, sendo tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

Ao contratar uma empresa para prestar serviço eventual de fretamento de passageiros, a administração pública busca garantir a mobilidade de passageiros em situações pontuais, como eventos, viagens oficiais ou deslocamentos emergenciais, além de assegurar que o transporte seja realizado com segurança, em veículos adequados e com o conforto necessário aos passageiros.

Ademais, tem-se à disposição do município, um serviço ágil e flexível para atender demandas não rotineiras de transporte, sem comprometer a logística e o planejamento administrativo habitual da Administração.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Não necessárias providências prévias a serem tomadas para esta contratação.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Não serão necessárias contratações correlatas para a referida contratação.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da Portaria Municipal nº 31/2023)

A empresa deverá adotar medidas para diminuir possíveis impactos ambientais, sendo solicitado, dentre outros:

- atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA Nº 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;
- atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA Nº 18, de 06/05/1986, e legislação correlata;
- atender, no que couber, à Resolução CONATRAM Nº 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade, e,
- adotar mecanismos e procedimentos de uso racional de água e energia elétrica e utilização de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pelos órgãos reguladores.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Diante do exposto, a contratação da solução pretendida se mostra dotada de viabilidade técnica, operacional e orçamentária, estando também adequada à necessidade identificada na demanda de contratação.

São Geraldo/MG, 02 de outubro de 2024.

Daniela de Freitas Meireles
Gerente de Compras
Gestora de Contratos – Portaria Municipal nº 029/2024